

EMENDAS PARLAMENTARES

Tratativas envolviam R\$ 199 mil enviados pelo gabinete do senador a Robson Calixto, o “Peixe”, um dos condenados pela morte de Marielle Franco

Assessora de Flávio tratou com miliciano

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

A assessora do senador e candidato à Presidência da República, Flávio Bolsonaro (PL), Maria de Fátima Bezerra Castro, negociou, em 2023, emendas parlamentares com o miliciano Robson Calixto, conhecido como “Peixe”, um dos condenados pela morte da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ).

O gabinete do presidencialável teria enviado, por meio de emendas, R\$ 199 mil ao Instituto de Formação Profissional José Carlos Procópio, no bairro de Taquara, no Rio de Janeiro. A área é conhecida pelo domínio dos mandantes da morte da parlamentar, o ex-deputado Chiquinho Brazão e o conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Rio de Janeiro) Domingos Brazão.

As informações e as mensagens foram divulgadas, ontem, pelo jornal o *Estado de S. Paulo*, e confirmadas pelo **Correio**. Nas mensagens, extraídas do celular de Calixto, em março de 2024, a assessora, identificada nos contatos como “Fafá Flávio Bolsonaro”, o aconselhou a encontrar Flávio pessoalmente para cobrar as emendas.

Além disso, Maria de Fátima convidou Chiquinho Brazão e Peixe para uma cerimônia de entrega de coletes balísticos, em outubro de 2023. Em outra mensagem, a assessora pediu quatro ingressos para o desfile das campeãs no camarote Arpoador. A PF classificou o episódio como um pedido de “vantagem indevida”.

Por meio de sua assessoria de imprensa, Flávio comentou que a emenda estava dentro dos “critérios técnicos do Ministério do Esporte”. O senador argumentou que, após o envio da emenda, a responsabilidade pelo recurso é da entidade.

“A emenda foi destinada dentro da legislação vigente e dos critérios técnicos do Ministério do Esporte. A

Ton Molina/Agência Senado



Sem tocar em milícia, o senador se limitou a comentar que emenda estava dentro dos “critérios técnicos”

entidade executora apresentou notas fiscais dos materiais adquiridos e devolveu os valores não utilizados. A responsabilidade pela execução dos recursos é da entidade beneficiária, não do parlamentar. Eventuais irregularidades devem ser apuradas pelos órgãos de controle, como determina a lei”, diz a nota. As conversas com Calixto e Maria de Fátima não foram comentadas pela assessoria.

Segundo a PF, o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou que parte dos recursos repassados ao instituto no Rio de Janeiro foi utilizada para pagar um escritório de advocacia pertencente aos próprios donos da entidade.

As negociações fazem parte da investigação Operação Emenda-tio, deflagrada pela Polícia Federal em julho deste ano, que apura o esquema de desvio de emendas parlamentares federais destinadas a organizações no Rio de Janeiro, que colocou Calixto novamente como alvo de investigação. Até o momento, o nome de Flávio não havia sido revelado nas investigações.

Caso Marielle

Em fevereiro deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) condenou os irmãos Brazão a 76 anos e três meses de prisão, cada, por

comandarem o plano que matou a vereadora. Já Calixto foi condenado a nove anos por organização criminosa armada junto com os mandantes do crime.

Em 2018, a vereadora e o motorista Anderson Gomes foram assassinados por uma submetralhadora, atirada pelo ex-policial Ronnie Lessa. O ataque foi motivado pelas ações que a parlamentar fazia em áreas dominadas pela milícia no Rio. Marielle trabalhava com lideranças comunitárias, o que contrariava a atuação da milícia dos irmãos Brazão. Os dois comandavam um esquema de grilagem e loteamento irregular.

ABANDONO DE CARGO

Eduardo Bolsonaro está fora da PF

» DANANDRA ROCHA

O Ministério da Justiça oficializou a demissão de Eduardo Bolsonaro (PL) do cargo de escrivão da Polícia Federal (PF). A medida foi motivada por abandono de cargo, infração disciplinar caracterizada pela ausência injustificada ao serviço por mais de 30 dias consecutivos. A decisão, assinada pelo ministro Wellington Lima e Silva, foi publicada na edição de ontem do *Diário Oficial da União* (DOU).

Com a publicação, Eduardo perde o vínculo funcional com a corporação, onde ingressou em 2010. O cargo de escrivão tem remuneração inicial superior a R\$ 14 mil, além de possibilidade de progressão salarial ao longo da carreira. A demissão encerra uma relação profissional que permaneceu suspensa enquanto ele exercia o mandato de deputado federal.

O ex-parlamentar estava afastado da PF para cumprir suas atividades na Câmara dos Deputados. Eleito por São Paulo, teve a perda do mandato declarada em 18 de

dezembro de 2025, em razão do excesso de faltas às sessões deliberativas. A Constituição estabelece que deputados e senadores podem perder o mandato quando deixam de comparecer a mais de um terço das sessões deliberativas realizadas no ano, salvo as exceções previstas.

Após a perda do mandato, Eduardo deveria retornar às funções na Polícia Federal. Como não se apresentou ao serviço, passou a responder a procedimentos administrativos relacionados às ausências. A corporação determinou seu retorno e,

posteriormente, adotou medidas disciplinares diante da falta de comparecimento. O processo culminou na decisão do Ministério da Justiça.

Eduardo vive nos Estados Unidos desde o início de 2025. Na ocasião, afirmou que deixou o Brasil para evitar o que classificava como perseguição política e jurídica. Desde então, passou a atuar em articulações com interlocutores norte-americanos, defendendo medidas contra autoridades brasileiras, entre elas integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF).

CASO MASTER

Aumenta a pressão sobre Gonet

A divulgação de uma fotografia do procurador-geral da República, Paulo Gonet, ao lado do ex-banqueiro Daniel Vorcara, ampliou a pressão política sobre o chefe do Ministério Público Federal (MPF). A imagem, encontrada pela Polícia Federal no celular de Vorcara, mostra os dois em um encontro em Londres, em abril de 2024, durante uma degustação de uísque e charutos.

Em entrevista ao **Correio**, ontem, o senador Carlos Viana (Podemos-MG) afirmou que cabe a Gonet explicar os registros. O parlamentar defende que Gonet não conduza procedimentos relacionados ao Master enquanto as dúvidas não forem esclarecidas.

Viana também tem cobrado que a sessão do Conselho Superior do MPF prevista para 25 de setembro seja pública e que os votos individuais dos conselheiros sejam divulgados. Em crítica ao sigilo, o senador afirmou: “Conselho que julga

Rosinei Coutinho/STF



O Conselho decidirá, na próxima sexta, se considera Gonet impedido

o próprio presidente a portas fechadas não está julgando. Está se protegendo.” O senador sustenta que, diante da repercussão do caso e da divulgação de parte dos elementos, a sociedade deve poder acompanhar a análise. A sessão deverá examinar as menções

ao procurador-geral e seus possíveis reflexos institucionais.

Desconforto

Do lado governista, o deputado federal Pastor Henrique Vieira (PSol-RJ), vice-líder do governo na Câmara, classificou a imagem como “desconfortável”, disse em entrevista ao **Correio**, “Vieira ponderou que uma fotografia não tem o mesmo significado de um áudio de Flávio Bolsonaro a Vorcara e defendeu que as investigações sejam amplas, “sem qualquer tipo de restrição, blindagem ou seletividade”.

Sobre a proposta de Viana para que o julgamento seja público, Vieira disse não ver problema na transparência e no acompanhamento da sessão. Ao mesmo tempo, criticou o senador e cobrou explicações sobre emendas destinadas a fundações ligadas à igreja Lagoinha do Pastor André Valadão, amigo de Daniel Vorcara e sobre sua atuação na CPI do INSS. **(DR)**

» Moraes impedido

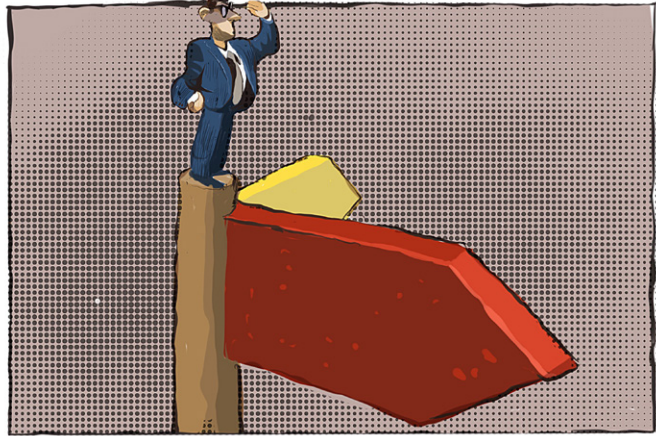
O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes se declarou impedido, ontem, de atuar como relator de um mandato de segurança envolvendo a sua esposa, advogada Viviane Barci. O mandato de segurança busca obrigar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a liberar informações sobre as entradas e as saídas de Viviane e do banqueiro Daniel Vorcara nas dependências da Casa. Também foram pleiteados dados de autoridades. Com a decisão do ministro, a ação deverá ser sorteada novamente entre os outros nove integrantes que compõem a Corte atualmente.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Os moderados decidirão as eleições no segundo turno entre Lula e Flávio

Há duas semanas, em Brasília, o movimento Direito Já organizou uma reunião em apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Estavam lá diferentes lideranças da sociedade civil, a esmagadora maioria já engajada na reeleição de Lula, a começar pelo anfitrião, o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakai. Não houve nenhuma grande adesão no encontro, que contou com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro de Relações Institucionais, José Guimarães.

Alckmin foi absolutamente enfático na sua intervenção quanto à necessidade de disputar os votos do centro, melhor dizendo, dos eleitores que ainda não estão engajados no pleito e que se pautam pela moderação. Foi um discurso no qual fez comparações entre os governos Lula e Bolsonaro e reconheceu que não existe uma percepção de que a economia melhorou na atual administração, apesar de os indicadores dizerem o contrário. Mas foi enfático ao apontar a defesa do Estado Democrático de Direito como um grande divisor de águas para a conquista desses eleitores.

Alckmin sabe das coisas, é um gato escaldado e já se deu conta de que a reeleição de Lula está escorrendo entre os dedos. A semana começou com as pesquisas BTG/Nexus e Quaest confirmando que a eleição está aberta e o segundo turno entre Lula e Flávio Bolsonaro será uma disputa por uma fatia estreita de eleitores: os moderados apontados por Alckmin. Na Nexus, Lula lidera o primeiro turno por 40% a 37% e, numericamente, vence o segundo por 46% a 45%. Na Quaest, Lula também lidera o primeiro, por 37% a 33%, mas Flávio aparece numericamente à frente no segundo, por 42% a 41%. Todas essas diferenças estão dentro das respectivas margens de erro.

Lula e Flávio cresceram no primeiro turno em relação à rodada anterior, Lula de 36% para 37% e Flávio de 31% para 33%, enquanto os indecisos caíram de 10% para 8%. Augusto Cury aparece com 6%, Caiado com 4%, Renan Santos com 3% e Zema com 1%. A redução do número de indecisos reforça a ideia de que a disputa de corações e mentes dos eleitores moderados deve ser a principal preocupação dos dois candidatos. A pesquisa Nexus mostra que Lula e Flávio construíram coalizões eleitorais socialmente muito diferentes. No primeiro turno, Lula chega a 52% no Nordeste, contra 30% de Flávio; no Sul, Flávio vence por 43% a 27%. No Sudeste, entretanto, ocorre empate exato: 39% a 39%. No Norte/Centro-Oeste, Flávio lidera por 42% a 34%. São dois Brasis, profundamente divididos.

Divisão profunda

No segundo turno, esse mapa se torna ainda mais dramático: Lula vence no Nordeste por 58% a 35%, enquanto Flávio abre 57% a 30% no Sul. No Norte/Centro-Oeste, o placar é 49% a 43% para Flávio. E o Sudeste transforma-se no principal campo de batalha: 46% para Flávio e 45% para Lula. Em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, pequenas oscilações representam milhões de votos. A divisão geográfica se encontra com a condição social dos eleitores: Lula marca 50% entre quem ganha até um salário-mínimo e 48% na faixa de um a dois salários; Flávio tem apenas 29% e 28%, respectivamente.

A partir de dois salários, porém, a situação se inverte: Flávio vence por 41% a 36% entre dois e cinco salários, e por 46% a 33% acima de cinco salários.

Essa clivagem se reproduz ainda no nível de escolaridade: Lula alcança 51% entre os eleitores com ensino fundamental, contra 26% de Flávio. O candidato do PL assume a dianteira no ensino médio, por 45% a 34%, e no superior, por 41% a 33%. Essa divisão coincide mais ou menos com os dados recentes da Quaest: na rodada anterior, Lula também dominava o eleitorado de menor escolaridade e renda, enquanto Flávio liderava nas faixas intermediárias e superiores.

E quem é o moderado que decidirá as eleições? O eleitor urbano do Sudeste e Norte/Centro-Oeste, de renda intermediária, especialmente entre dois e cinco salários-mínimos, e predominantemente com ensino médio. É, justamente, onde a vantagem estrutural de Lula entre os mais pobres começa a se desvanecer e a superioridade de Flávio entre os segmentos de renda mais alta ainda não é absoluta. Trata-se de um eleitor menos dependente do lulismo e do bolsonarismo e, por isso, potencialmente mais sensível à economia, ao custo de vida, aos serviços públicos e aos acontecimentos político da reta final. Entretanto, no contexto geral, é um contingente pequeno, com pouca margem para disputa. Na Nexus, 84% dos eleitores que escolheram candidato no primeiro turno dizem que não mudarão mais; entre os eleitores de Flávio, 92%, e entre os de Lula, 90%. No segundo turno, 91% consideram a escolha definitiva e somente 7% admitem mudar. A Quaest acrescenta um dado que pode ser decisivo: Lula tem rejeição de 55% e Flávio, de 56%.

Como os marqueteiros costumam falar, enquanto o primeiro turno é pautado pelo sim, o segundo é pelo não. A rejeição é um fator que não pode ser desconsiderado no voto desses eleitores mais moderados: 43% dizem temer mais um novo mandato de Lula, enquanto 42% temem o retorno da família Bolsonaro ao Planalto. A eleição também é uma disputa de rejeições. Faltando menos de duas semanas para o primeiro turno, não parece haver uma onda eleitoral em formação. Há dois grandes blocos praticamente consolidados e um corredor estreito entre eles. O vencedor será aquele que conquistar alguns pontos no Brasil dos moderados e, sobretudo, conseguir transformar intenção de voto em comparecimento efetivo às urnas. Numa eleição de 46% a 45% ou de 42% a 41%, mobilização valerá tanto quanto persuasão.